



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

120

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 196624-3/01 - Recife (14ª Vara Cível)

Recorrente: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Recorrido: Maria José Santos Silva

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

R
5469

EMENTA. RECURSO DE AGRAVO. ENERGIA ELÉTRICA. AMEAÇA DE CORTE. ALEGAÇÃO DE DÉBITO E AUTORELIGAÇÃO. DÍVIDA ANTIGA. SUSPENSÃO. ILEGALIDADE. ENTENDIMENTO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 557 DO CPC. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. A suspensão no fornecimento de energia elétrica é legal quando alberga débitos atuais, precede de notificação prévia e não causa constrangimento ilegal ao consumidor. No ato do corte, a consumidora demonstrou que a fatura cobrada já se encontrara paga e, mesmo assim, a concessionária procedeu à suspensão dos serviços. Ademais, a alegação da concessionária de possível fraude no medidor, sem qualquer comprovação, não legitima a interrupção no fornecimento da energia elétrica.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a **QUINTA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **POR UNANIMIDADE DE VOTOS**, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 20 de janeiro de 2009.

Des. Jovaldo Nunes Gomes
Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

121

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 196624-3/01 - Recife (14ª Vara Cível)

Recorrente: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Recorrido: Maria José Santos Silva

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Decisão recorrida às fls. 131/136 (apelação nº 196624-3).

No primeiro grau, foi proferida sentença que julgou parcialmente procedente a ação de indenização por danos morais, proposta por **Maria José Santos Silva** contra **Companhia Energética de Pernambuco - CELPE**, nos seguintes termos (fls. 86/87):

*"Isso posto, com fundamento na Lei nº 8.078/90, julgo procedente, em parte, os pedidos formulados por **MARIA JOSÉ SANTOS SILVA** para condenar a **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE** a indenizá-la por danos morais no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), corrigido monetariamente a partir desta data e juros moratórios legais desde 07 de novembro de 2008, além das custas processuais e honorários advocatícios da parte adversa arbitrados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, tudo apurado na forma do art. 475-J, do Código de Processo Civil. Desconstituo, ainda, o valor cobrado a título de taxa de religação porque indevido. Decaindo a Suplicante de parte mínima do pedido a sucumbência fica exclusivamente direcionada para a outra parte, nos termos do art. 21, parágrafo único do mesmo diploma processual já citado. 4 - Publicada nesta data, ficam todos desde logo intimados. Registre-se. A parte vencida deverá cumprir com as obrigações derivadas do julgado no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do trânsito em julgado, sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito".*

A ré interpôs apelação (fls. 89/108), à qual neguei seguimento através da terminativa de fls. 131/136, por entender que a decisão recorrida estava em confronto com a jurisprudência do STJ.

Contra a decisão de minha lavra, a CELPE interpôs o presente recurso de agravo, objetivando o seu total provimento para o fim de reformar a decisão recorrida. Para tanto, alegou que a dívida em questão não era pretérita e que a suplicante, além de não ter sofrido danos a ponto de ensejar indenização, efetuou a religação dos serviços sem autorização da recorrente.

Não convencido de mudança no entendimento anteriormente esposado, submeto o feito à Colenda 5ª Câmara Cível.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

122

É o relatório.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

123
/

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 196624-3/01 - Recife (14ª Vara Cível)

Recorrente: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Recorrido: Maria José Santos Silva

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

A decisão agravada, na parte que interessa, está vazada nos seguintes termos (132/136 da apelação nº 196624-3):

“(…) **Relatado, decido:** Destaco da sentença recorrida o seguinte (fls. 82/86): “[...] Vistos, etc., 1 – MARIA JOSÉ SANTOS SILVA, devidamente qualificada às fls., através de advogados legalmente constituídos, com fundamento no art. 5º, V e X, da Constituição Federal e art. 186, do Código Civil Brasileiro, propôs ação de indenização por danos morais, rito sumário, em face da COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE, pessoa jurídica de direito privado também qualificada na mesma peça processual. Primeiramente requereu os benefícios da assistência judiciária gratuita. Depois, diz a Suplicante, resumidamente, que no dia 07 de novembro de 2008 foi interrompido o fornecimento da energia elétrica em sua residência, indevidamente, e somente no dia 11 do mesmo mês foi restaurada a ligação. A motivação seria ausência de pagamento da fatura vencida no dia 28.10.2008 no valor de R\$ 12,56, quando, em verdade, o pagamento fora feito no dia 06 de novembro – um dia antes do corte. Destacou que a fatura somente foi paga na referida data pelo atraso da entrega na unidade consumidora, isso depois da promovente se dirigir a agência de atendimento da Suplicada para a emissão de segunda via da conta. mais, depois de restaurada a ligação a companhia fornecedora passou a cobrar na fatura do mês seguinte taxa de religação no valor de R\$ 42,86. Em razão de todos os transtornos ocorridos e constrangimentos busca indenização pelos danos morais verificados na conduta da Suplicada através de seus prepostos. Pediu, ao final, procedência de seus pedidos – dano moral e devolução em dobro do que está sendo cobrado pela taxa de religação. Juntou documentos. Na audiência de conciliação de que trata o art. 277, do CPC, presentes as partes e seus procuradores. Não obtido consenso, a Suplicada apresentou contestação por escrito com documentos. Sem interesse na produção de outros elementos de prova ficou designada a data presente para publicação do ato sentencial, com ciência de todos. Na contestação, em resumo, diz que o corte efetuado foi regular porque efetuado no dia 07.11.2008, após a comunicação prévia da falta de pagamento da fatura vencida no dia 10.07.2008. Diferentemente do alegado na inicial, a ida dos funcionários da contestante no dia 07.11.2008 na unidade consumidora constatou que fora feita a auto-religação sem a participação da fornecedora,



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

124

razão do recorte no dia 07.11.2008. E por ocasião do recorte não tinha a contestante a comprovação do pagamento da fatura vencida no dia 10.07.2008 e paga apenas no dia imediatamente anterior, mesmo porque não havia tempo para a efetivação do repasse pelo agente arrecadador. O recorte foi procedimento de forma regular nos termos da Resolução nº 456/2000 da ANEEL. No dia 11 de novembro daquele ano foi religada a força por solicitação da promovente. Após os esclarecimentos dos fatos, discorreu sobre a possibilidade do corte de energia em razão do inadimplemento da fatura, com destaque para o cumprimento tardio da Suplicante. O corte foi precedido da necessária comunicação do débito, a exemplo do recorte efetuado no dia 07 de novembro. Também disse ser indevida a indenização pretendida porque os atos praticados pela contestante estão dentro do exercício regular de um direito e, também, pela culpa exclusiva da Suplicante. Sequer há prova do dano moral supostamente praticado. Igualmente indevida a pretensão de indenização por danos materiais, por absoluta falta de prova do dano. Finalizando, pediu o julgamento de total improcedência dos pedidos. Anexou farta documentação. A réplica foi efetuada por escrito (fls. 77/80). É O RELATÓRIO. 2 – Cuida-se de ação de indenização por danos morais e materiais promovida por MARIA JOSÉ SANTOS SILVA em face da COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE, tudo à razão de que no dia 07 de novembro representantes daquela pessoa jurídica efetuaram o corte de energia na unidade consumidora onde reside a promovente por suposta falta de pagamento da fatura vencida no dia 28 de outubro de 2008, quando, em verdade, teria sido liquidada no dia 06 de novembro daquele mesmo ano. Não há questão processual pendente de apreciação. A prova dos autos é exclusivamente documental. Verifico que a Suplicante teve, realmente, a energia elétrica de sua unidade consumidora interrompida no dia 07 de novembro de 2008. Naquele momento – e este fato é incontroverso – a dívida que motivou o corte de energia estava liquidada, conforme se depreende dos documentos de fls. 10 e 61, especificamente. A responsabilidade da companhia energética, como é cediço, é objetiva nos termos da Lei nº 8.078/90, respondendo por atos de seus prepostos que desavisadamente praticaram, a rigor, um ato abusivo. A religação da força somente se deu no dia 11 de novembro de 2008, após longos quatro dias e apenas porque a Suplicante esteve em agência da companhia fornecedora para a resolução do problema que lhe afetava, estando sua residência às escuras. Diante do fato abusivo não se pode afastar a idéia do dano, sobretudo aquele que atinge direito personalíssimo da Suplicante. Não se trata de mero aborrecimento ou transtorno, mas sim constrangimento incomum que entra na esfera do dano extrapatrimonial. As alegações de defesa sob o pálio de um suposto exercício regular de um direito a execução da suspensão da energia elétrica não merecem acolhimento. Difícil crer que a Suplicante tenha feito uma religação modo próprio após corte realizado no início de outubro de 2008. Observando o histórico de consumo da unidade é fácil perceber que durante o período alegado de suspensão da energia foi identificado efetivo consumo e, portanto, cobrança por fatura regularmente emitida. E o ato abusivo também se revela quando, fundamentalmente, o corte veio a ocorrer



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

125

por uma dívida desprezível e pretérita – fatura vencida no dia 10 de julho de 2008. É verdade, a dívida era de apenas R\$ 11,11 (onze reais e onze centavos) por conta de consumo mínimo da força elétrica. E este valor sempre foi o perfil da Suplicante em relação ao consumo de energia na sua unidade. E pretérita porque, repito, estava vencida desde a data acima indicada. Decerto que a Suplicante vem pagando algumas faturas com atraso, próprio dos hipossuficientes. Mas todo atraso é atendido com os encargos da mora, penalidade pela impontualidade do pagamento. A Suplicante pagou o valor constante da fatura com vencimento no dia 28.10.2008 exatamente no mesmo dia em que foi liquidada a fatura com vencimento em julho do mesmo ano, ou seja, na data de 06 de novembro de 2007. Não duvido possa a concessionária interromper o fornecimento do serviço em decorrência do inadimplemento, porém desde que seja atual e precedido da notificação regular. Não por dívida pretérita, pois para isso tem a obrigação de utilizar-se do meio próprio de cobrança não a via coativa abusiva do corte como forma de compelir ao cumprimento daquela obrigação vencida. Apenas ad rgumentandum, a atitude da Suplicada revela-se como totalmente desproporcional para a irrisória dívida que supostamente existente naquela ocasião. De outra parte, inexistindo débito à época do corte ou interrupção da energia é manifesto o incabimento da cobrança incluída na taxa de religação, na ordem de R\$ 42,86 (quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos). Todavia, inaceito o pedido de devolução em dobro do quanto está sendo cobrado a título de taxa de religação, isto porque a Suplicante não faz a prova de que pagou o valor indevidamente cobrado. Para a indenização do dano moral cabe a este juízo balizando-se pelos critérios da proporcionalidade e razoabilidade fixá-los, segundo já assentado na jurisprudência brasileira à falta de critérios legais seguros para tanto. Levando em consideração os fatos apurados tenho por bem em estimar o valor da reparabilidade em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)". Não há o que reformar na sentença. A questão cinge-se em saber se houve, ou não, abuso da concessionária ao suspender o fornecimento da energia elétrica. Note que a ré/apelante admite o corte no fornecimento do serviço prestado por ela, contudo ao invés de fundamentar sua conduta, reitera que o corte decorreu de um débito pretérito, vencido em 10/07/2008, no valor de R\$ 11,11 (onze reais e onze centavos). Com efeito, a conduta da ré/apelante caracterizou-se ilegítima, não se coadunando com o entendimento reiterado do colendo Superior Tribunal de Justiça, o qual defende a possibilidade de corte do serviço prestado somente quando este decorrer de dívidas atuais e contemporâneas. Nesse sentido: "ADMINISTRATIVO. ENERGIA ELÉTRICA. FORNECIMENTO. ART. 6º, § 3º, II, DA LEI Nº 8.987/95. CORTE. DÉBITOS ANTIGOS. ILEGALIDADE. 1. O princípio da continuidade do serviço público, assegurado pelo art. 22 do Código de Defesa do Consumidor, deve ser obtemperado, ante a regra do art. 6º, § 3º, II, da Lei 8.987/95, que prevê a possibilidade de interrupção do fornecimento de energia quando, após aviso, permanecer inadimplente o usuário, considerado o interesse da coletividade. Precedentes. 2. É indevido o corte do fornecimento de energia elétrica nos casos em que se trata de cobrança de débitos antigos e consolidados, os quais devem



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

126

ser reivindicados pelas concessionárias por meio das vias ordinárias de cobrança, sob pena de se infringir o disposto no art. 42 do Código de Defesa do Consumidor. Precedentes. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no Ag 962237 / RS, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Segunda Turma, destaquei)". No mesmo sentido: **AgRg no REsp 1015294/RS; REsp 706043/RS; REsp 963417/MG.** No tocante ao dano moral, a doutrina vem conceituando-o como uma lesão insuscetível de apreciação econômica, um dano aos direitos decorrentes da personalidade; um dano, portanto, a direitos imateriais e extrapatrimoniais (TORNAGHI, Hélio apud SOIBELMAN, Felix: Enciclopédia Jurídica Eletrônica, Ver. 2.0). Para Savatier, dano moral "é qualquer sofrimento humano que não é causado por uma perda pecuniária, e abrange todo atentado à reputação da vítima, à sua autoridade legítima, ao seu pudor, à sua segurança e tranqüilidade, ao seu amor próprio estético, à integridade de sua inteligência, a suas afeições, etc". (Traité de La Responsabilité Civile, vol.II, nº 525, in Caio Mario da Silva Pereira, Responsabilidade Civil, Editora Forense, RJ, 1989). Segundo Yussef Said Cahali, é mais razoável "caracterizar o dano moral pelos seus próprios elementos; portanto, 'como a privação ou diminuição daqueles bens que têm valor precípuo na vida do homem e que são a paz, a tranqüilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos'; e se classificando, assim, em dano que afeta a 'parte social do patrimônio moral' (honra, reputação, etc) e dano que molesta à 'parte afetiva do patrimônio moral' (dor, tristeza, saudade, etc.); e dano moral que provoca direta ou indiretamente dano patrimonial (cicatriz deformante, etc.) e dano moral puro (dor, tristeza, etc.)" (Dano e Indenização, pág. 07, ed. 1980). No caso em exame, o dano moral caracterizou pela privação sofrida pela suplicante/apelada, a qual ficou sem energia elétrica por 04 (quatro) dias, mesmo depois de demonstrar aos funcionários da empresa ré, no ato do corte, que a fatura – objeto da suspensão – já se encontrava paga. Além disso, como se evidencia dos autos, o corte no fornecimento do serviço se deu por débito antigo, fato que por si só já inibiria a conduta ilegítima da apelante, e que acabou ocasionando transtornos à autora. É sabido que a indenização por danos morais deve servir para compensar a ofensa sofrida e reparar os prejuízos, não podendo, jamais, chegar ao extremo de caracterizar um enriquecimento sem causa. Ademais, deve ter caráter pedagógico – este sim sua maior finalidade – no sentido de inibir prática reiterada de atos semelhantes, sempre tomando como parâmetro as circunstâncias do fato, a intenção do ofensor e as condições do ofendido. Destarte, no concernente à fixação do quantum da indenização, entendo que o magistrado procedeu acertadamente, utilizando-se inclusive dos critérios da razoabilidade e proporcionalidade, conforme preconiza a jurisprudência deste Tribunal, e por isso mantenho o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) da indenização por danos morais. Nesse sentido: **"Direito Processual Civil- Ação de Indenização por Danos Morais- Corte Energia Elétrica. Faturas Pagas. Excesso no valor reparatório. Não configurado. Recurso não provido. A indenização a título de danos morais não restou excessiva. Os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade foram devidamente observados pelo magistrado a**



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

127

quo. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso de apelação (Apelação Cível 145027-5, Rel. Des. Leopoldo de Arruda Raposo, Quinta Câmara Cível, data do julgado 20/12/2006)". Ante o exposto, e considerando que o recurso está em confronto com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e desta Egrégia Corte, **NEGO-LHE SEGUIMENTO**, mantendo, assim, a decisão recorrida, o que faço com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do RITJ de Pernambuco".

No presente recurso, o agravante não trouxe qualquer argumento capaz de ensejar a reforma da decisão impugnada e ilidir a aplicação do artigo 557 do CPC ao caso em exame. Em sendo assim, não observo, pois, qualquer alegação que possa modificar o entendimento esposado na decisão combatida, eis que a mesma está, inclusive, de acordo com a jurisprudência do STJ.

Ante o exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator